



REESMA, Humaitá - Amazonas, Volume XX, nº 2, jul-dez. 2026, p. 55-66.

EDUCAÇÃO PÚBLICA E A LUTA DE CLASSES NO PERÍODO PANDÊMICO

PUBLIC EDUCATION AND CLASS STRUGGLE DURING THE PANDEMIC

Thainá Gonçalves de Moraes Barros¹

João Pedro Oliveira Bichara²

Jacimara Santos Lima³

Resumo: Este trabalho tem como objeto de análise os impactos da pandemia da Covid-19 na educação pública de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Nesse recorte, buscamos discutir o ensino remoto, imposto como solução emergencial, que aprofundou desigualdades históricas e evidenciou a lógica de alienação e a mercantilização do saber. A partir de um relato de experiência, visamos articular as vivências observadas na Escola Municipal Barão do Amapá, localizada na Baixada Fluminense, destacando os efeitos das desigualdades no acesso ao conhecimento. Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se na ótica do materialismo histórico-dialético, uma vez que problematiza o papel do Estado como instrumento da classe dominante e a precarização estrutural do trabalho docente. Por fim, evidenciamos que a pandemia revelou a privatização do saber e a exclusão epistêmica de sujeitos periféricos, destacando, assim, a necessidade de uma educação voltada à emancipação social e à luta de classes.

Palavras-chave: Educação; Pandemia; Luta de Classes; Materialismo histórico-dialético.

¹ Mestranda em Educação, Cultura e Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGECC/UERJ). Bolsista pela CAPES. Integrante do GP Trabalho, História, Educação e Política Educacional (THEPE). E-mail: thainamoraesrj@gmail.com. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0000-3786-9744>.

² Mestrando em Educação, Cultura e Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGECC/UERJ). Integrante do GP Trabalho, História, Educação e Política Educacional (THEPE). E-mail: joaobichara@ufrj.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0004-7924-8339>.

³ Mestranda em Educação, Cultura e Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGECC/UERJ). Integrante do GP Trabalho, História, Educação e Política Educacional (THEPE). E-mail: jacimaralima92@gmail.com. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0005-4567-7394>.



Abstract: This work analyzes the impacts of the Covid-19 pandemic on public education in Duque de Caxias, in the Baixada Fluminense region. Specifically, we discuss remote learning, imposed as an emergency solution, which deepened historical inequalities and highlighted the logic of alienation and the commodification of knowledge. Based on an account of experience, we articulate the experiences observed at the Barão do Amapá Municipal School, located in the Baixada Fluminense, highlighting the effects of inequalities in access to knowledge. Methodologically, the research is grounded in the perspective of historical-dialectical materialism, since it problematizes the role of the State as an instrument of the dominant class and the structural precarization of teaching work. Finally, we demonstrate that the pandemic revealed the privatization of knowledge and the epistemic exclusion of peripheral issues, thus highlighting the need for an education geared towards social emancipation and class struggle.

Keywords: Education. Pandemic; Class struggle; Historical-dialectical materialism.



1 INTRODUÇÃO

Em primeira instância, o trabalho propõe uma pesquisa crítica sobre os impactos e desafios durante a pandemia da Covid-19 no campo educacional, especialmente nas escolas do município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

O estudo busca compreender de que forma as desigualdades sociais foram intensificadas nesse cenário e como elas se articulam com as estruturas do capital, revelando dinâmicas de exclusão e vulnerabilidade ao acesso à educação pública nas periferias. A partir dessa análise vinculamos conceitos marxistas para aprofundar o eixo central da pesquisa.

Uma das problemáticas que balizaram o contexto pandêmico se deu pela imposição do ensino remoto, o que expôs e aprofundou desigualdades históricas nos territórios periféricos, evidenciando que a sociedade capitalista, em que vivenciamos, está sempre ampliando as diferenças. Acreditamos que, com os avanços tecnológicos, o capitalismo intensifica ainda mais a lógica da alienação (Marx, 2017), pois a estrutura do capital se entrelaça nas relações sociais hodiernamente. Nessa lógica, os sujeitos se encontram imersos em um cotidiano marcado por múltiplas demandas e pela precarização das condições de trabalho (Marx, 2017). Assim, a alienação não é apenas uma condição imposta, mas também reproduzida cotidianamente, dificultando a consciência crítica sobre a própria exploração.

Com base nisso, pretendemos articular o objeto de pesquisa a partir das contribuições de Karl Marx e Friedrich Engels no campo filosófico e político, compreendendo as instituições sociais como expressões das contradições de classe.

A priori, a proposta parte da centralidade da materialidade da vida dos agentes proletários, considerando que, para a superação da alienação e do próprio sistema capitalista, é necessário garantir, ao menos, as condições mínimas de subsistência. No entanto, a realidade concreta demonstra que, na maior parte das vezes, o proletariado sequer tem acesso a esse mínimo, o que evidencia o caráter estrutural da desigualdade e o papel da luta de classes na construção de uma sociedade emancipada.

Além da fundamentação teórica, o trabalho se apoia em experiências concretas no período pandêmico, particularmente em escolas municipais de Duque de Caxias, com destaque para a Escola Municipal Barão do Amapá (EMBA).



Portanto, o relato dessas vivências nos permite compreender, de forma mais densa, como as políticas emergenciais impactaram estudantes, professores e famílias em territórios marcados pela exclusão social e econômica.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo parte de uma problemática: as condições de acesso às tecnologias digitais durante a Covid-19, nas periferias de Duque de Caxias. O relato de experiência faz parte de um trabalho de conclusão de curso.

Metodologicamente, a pesquisa possui uma abordagem qualitativa, uma vez que utiliza revisão bibliográfica crítica a partir do materialismo histórico-dialético, a fim de interpretar a sociedade atual, com base principalmente no relato de experiência da autora, e os debates realizados com os coautores. Desse modo, nos apropriamos do materialismo histórico-dialético para interpretar uma sociedade capitalista, na qual o capital está em relação direta com o social, e não somente com o dinheiro propriamente dito.

A partir do levantamento bibliográfico, construído por meio de leituras, debates e reflexões coletivas, buscamos entender o movimento pelo qual a lógica do capital conforma as relações de dominação e exclusão, determinando as formas históricas de produção e reprodução social. Ancoramos nossas análises no referencial teórico de Karl Marx e Friedrich Engels, compreendendo a educação como um campo atravessado por contradições que expressam a totalidade das relações sociais. Nesse sentido, aprofundamos a pesquisa no campo educacional, articulando-a a estudos e produções que abordam os impactos da pandemia da Covid-19 na educação, revelando como a crise sanitária intensificou as desigualdades no acesso ao conhecimento e limitou as possibilidades de formação crítica, reafirmando as mediações entre Estado, capital e escola.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A discussão sobre a busca por uma emancipação do capitalismo configura também um indivíduo com liberdade do senso comum, utilizando a educação não como uma ferramenta do capital, mas como um senso crítico preocupado com as questões sociais. Segundo Marx e Engels, para que esse sujeito possa buscar condições para uma transformação social, deve:



(...)começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história(...) (Marx; Engels, 2007, p.32-33).

Percebe-se que a necessidade de lutar pela classe trabalhadora que, muitas vezes, não tem condições de dispor do mínimo para sobreviver, vai além da teoria, pois se a sociedade já expõe essas desigualdades, quem, então, criará a consciência de classe necessária para buscar a emancipação social?

A conjuntura que permeia essa problemática se estende à privatização do acesso ao saber, durante a pandemia da Covid-19, constituindo uma forma contemporânea daquilo que Marx e Engels já denunciavam: o controle da propriedade, seja ela material ou simbólica, como instrumento de dominação de classe. Para os autores, a propriedade não é um dado natural, mas uma forma social historicamente determinada, que expressa as relações de produção de cada época.

Como afirmam os estudiosos citados, na obra *Ideologia Alemã*, as primeiras formas de propriedade nas sociedades antigas e medievais eram de caráter tribal, sendo moldadas pelas condições específicas de cada povo, como a guerra praticada pelos romanos e a pecuária desenvolvida pelos povos germanos. Posteriormente, os autores também destacam que o Estado atua como a forma institucional pela qual a classe dominante impõe seus interesses coletivos, representando, ao mesmo tempo, a síntese das relações sociais e políticas de determinada época histórica (Marx; Engels, 2007, p. 75–76).

O Estado, nessa perspectiva, não é uma instância neutra ou mediadora, mas o instrumento político, pelo qual a classe dominante assegura seus interesses econômicos, inclusive no campo da educação. Marx e Engels (2007) sustentam que as transformações das formas de propriedade são determinantes na sucessão dos modos de produção e das



formações sociais, o que inclui, na perspectiva deste trabalho, de que forma o conhecimento é apropriado e distribuído.

Sendo assim, o ensino remoto pode ser compreendido como uma expressão da lógica da propriedade privada do saber, na medida em que o acesso às condições materiais de ensino, como equipamentos, internet e espaços adequados, depende diretamente do poder aquisitivo das famílias.

O fato supracitado torna-se ainda mais evidente quando observamos as periferias urbanas, como o bairro do Amapá, onde está localizada a Escola Municipal Barão do Amapá, espaço em que as condições materiais e tecnológicas são precarizadas, evidenciando o caráter excludente e desigual do ensino remoto.

Em discurso proferido por Renata Roseo Nascimento, representante do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) de Duque de Caxias, em 20 de maio de 2021, foram descritos os principais aspectos do ensino remoto durante a pandemia de Covid-19. A fala foi registrada em entrevista concedida a um dos autores, como parte do corpus empírico da pesquisa, conforme transcrição parcial a seguir:

Thainá (entrevistadora): *Atualmente, existe alguma política pública de apoio às crianças que ficaram órfãs no município de Duque de Caxias? Ou alguma política de acolhimento implementada nos anos de 2020 e 2021?*

Renata (representante do SEPE-Duque de Caxias): *Que a gente tenha tomado conhecimento, não! Nenhuma política.*

Thainá (entrevistadora): *Quais foram as maiores rupturas que este negacionismo acarretou em nossa educação pública do município?*

Renata (representante do SEPE-Duque de Caxias): *Até hoje, temos a questão da defasagem do ensino-aprendizagem e não foi por falta de solicitação. Em 2021, pedimos à SME (Secretaria Municipal de Educação) que houvesse aulas de reforço para as crianças que tiveram dificuldade no ensino remoto em 2020, mas não fomos atendidos.*

A partir dessa entrevista, buscamos reunir informações, no recorte temporal de 2020 a 2022, sobre alguns dados empíricos importantes para a constituição desta pesquisa. Com isso, observamos aspectos essenciais que nos ajudam a interpretar a desigualdade no ensino remoto emergencial.



Quadro 1 – Indicadores empíricos: educação e desigualdade na pandemia (Duque de Caxias)

Indicador	Percentual (%)	Fonte
Acesso à Internet nos domicílios (Baixada Fluminense)	49,8	IBGE (PNAD Covid-19, 2021)
Estudantes sem acesso contínuo às atividades remotas (Duque de Caxias)	34,0	INEP (Censo Escolar, 2022)
Famílias com renda inferior a 1 salário-mínimo (Baixada Fluminense)	46,3	IBGE (DataSUS, 2010)

Fonte: Elaboração baseada em IBGE (2010; 2022); INEP (2021).

Os dados acima sintetizam o caráter estrutural das desigualdades que atravessaram o ensino remoto na Baixada Fluminense. O baixo índice de conectividade e o alto percentual de evasão escolar refletem a precarização do trabalho docente e a negação do direito à educação pública de qualidade. Assim, o empírico revela a concretude da alienação descrita por Marx (2017), na qual o trabalhador, e, no caso, o estudante, foi apartado dos meios materiais que garantem sua reprodução e emancipação. Refletimos assim, que, em meio ao fechamento das escolas, devido à COVID-19, a precarização, que já existia, foi aprofundada.

A partir das lentes marxistas fica mais perceptível o motivo de tamanha façanha. Assim, apropriamo-nos do capítulo XXIV “assim chamada acumulação primitiva”, do Livro O capital, de Karl Marx (2017), para entender como se deu a acumulação primitiva e em como no capital é produzido o mais valor, no qual essa acumulação “não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida.” (Marx, 2017, p.959). Dessa forma, “A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. (Marx, 2017, p. 961).



Além disso, refletindo, a partir das legislações sanguinárias, a falsa liberdade, a falsa democracia, que impunham para aqueles trabalhadores livres, escravos ou servos, no contexto em que Marx analisa, da Inglaterra saindo do feudalismo e supostamente avançado para uma estrutura econômica capitalista propôs trabalhadores livres, criando uma subjugação desses trabalhadores. As leis sanguinárias eram como o próprio nome as define, sanguinárias, severa, cruel, “mendigos velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar os vagabundos mais vigorosos”. Estes devem ser amarrados a um carro e açoitados até sangrarem; em seguida, devem prestar juramento de retornarem à sua terra natal(...)” (Marx, 2017, p. 980), as leis da época se embasaram nesses castigos cruéis como forma de dominação dos sujeitos marginalizados.

Relacionando novamente ao nosso objeto de pesquisa, a pandemia, essas estruturas de dominação tornaram-se ainda mais visíveis. A adoção do ensino remoto escancarou a lógica capitalista que mercantiliza a educação e restringe o acesso ao saber às camadas com maior poder aquisitivo. Plataformas digitais, internet, equipamentos e até os conteúdos escolares passaram a depender de infraestruturas privatizadas, inacessíveis a muitas famílias das periferias da Baixada Fluminense e de outras regiões periféricas, tornando a educação como um bem de consumo e não de direito, sendo o foco da pesquisa que está em andamento, com foco no Município de Duque de Caxias.

As vivências em escolas municipais de Duque de Caxias, em especial como relato de experiência da pesquisa, na Escola Municipal Barão do Amapá (EMBA), revelaram a distância entre o discurso oficial de continuidade da educação e a realidade concreta enfrentada por professores, alunos e famílias.

No período posterior, após o comitê de retorno, que exigia a volta de todos os profissionais da educação para a normalidade das atividades presenciais, nós nos vimos angustiados, com muito medo e pouca informação sobre de que forma se daria este retorno, de que maneira iríamos nos adaptar a esse desafio. Muitos sentimentos nos assombraram, pois imaginamos o tamanho do risco em que estávamos. Na segunda semana após o retorno, fomos levados para realizar a primeira dose da vacina contra o COVID-19. As máscaras de pano, que não eram tão recomendadas assim pela OMS, e sim as cirúrgicas, já faziam parte da nossa rotina, porém na maioria dos casos utilizadas de forma incorreta, termômetros digitais a pilha que mal funcionavam, pois apresentava diversas temperaturas até mesmo para uma mesma pessoa, não fomos preparados para



saber utilizar aquela ferramenta, como ferramenta de trabalho, todos nós viraremos “guardas” da temperatura, dentro dos ônibus escolares, antes de entrar no ônibus, máscaras descartáveis eram fornecidas aos alunos que esquecem a sua, com um mês já não tínhamos mais fornecimento de máscaras o suficiente que pudessem fornecer a todos, então as crianças tinham que retornar para casa buscar a máscara, mas a maioria não voltava para escola.

Na prática, o modelo de aula remota mostrou-se inviável para a maioria dos estudantes da EMBA, mas pensando no retorno das atividades presenciais e as exigências OMS, para o cuidado com a proliferação do vírus, a falta de infraestrutura fez com que os alunos ficassem divididos por dias, dia do GRUPO A, dia do GRUPO B. Outra questão exigida nas restrições e obrigações do decreto Nº 7.814, do dia 03 de fevereiro de 2021, Art. 5 nas recomendações das autoridades sanitárias, instalações com água corrente, até possuía na escola mas não que atendesse a capacidade de todos funcionários, a escola só possuía um banheiro, unissex, no qual tinha apenas uma pia para acesso de todos os funcionários para que lavassem a mão, e utilizado para necessidades fisiológicas, não possuíam lavatórios apenas para higienização das mãos como exigido. As lixeiras de pedal duraram apenas 15 dias, pois o material era muito frágil, as lixeiras tinham que ficar abertas, os pedais automatizados de álcool em gel também não funcionaram por muito tempo. O distanciamento exigido de 1 (um) metro não era respeitado, crianças da educação infantil até o 5º ano do ensino fundamental não conseguem compreender efetivamente a necessidade do distanciamento, diante de todas essas problemáticas encaramos mais um problema que escancara a desigualdade.

A partir do exposto, fica evidente que a escola pública, fragilizada pela ausência de investimentos e de políticas públicas efetivas, não conseguiu garantir o direito constitucional à educação, baseado nas vivências e temporalidades entrelaçadas com a prática cotidiana. Nesse viés, a fator supracitado configura uma injustiça epistêmica, pois silencia e exclui sujeitos periféricos do processo de produção e circulação do conhecimento.

A luta pela democratização do saber, nesse contexto, é inseparável da crítica marxista à propriedade privada e da defesa de uma educação contra hegemônica, construída a partir das práticas dialógicas desses indivíduos marginalizados.



Sobre o retorno às aulas, de forma a delimitar, as presenciais, nas escolas das periferias da Baixada Fluminense, especialmente em Duque de Caxias, evidenciaram as desigualdades estruturais, que não são meramente conjunturais, mas fundadas em raízes históricas profundas. Como embasamento, Engels (2019), em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, analisa como as instituições sociais, incluindo a família e o Estado, surgem da necessidade de administrar a reprodução da vida e a divisão de classes.

Essa análise pode iluminar a compreensão das desigualdades no acesso à educação como parte do processo de reprodução social. Aprofundando neste conceito de propriedade privada, Engels destaca de forma bem palpável essa relação da propriedade privada e ao surgimento do Estado como instrumento de dominação de classe, ajudando a entender como a escola pública é tensionada entre dois polos: de um lado, como conquista popular e direito social; de outro, como espaço vulnerável à privatização e à lógica capitalista de produtividade e exclusão.

A lógica da meritocracia escolar, por exemplo, reforça a desigualdade: “O Estado é produto da sociedade num certo grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa contradição insolúvel consigo mesma.” (Engels, 2019, p. 230). Nesse sentido, o retorno às aulas presenciais sem garantia de condições sanitárias e pedagógicas adequadas nas periferias da Baixada Fluminense confirma o abandono histórico do Estado burguês frente às classes trabalhadoras. O Estado se mostra seletivo, preservando o patrimônio dos ricos e negligenciando pensar no coletivo, ou até mesmo como trata o conceito de Marx (2017) sobre a essência e aparência, e o quanto a aparência pode ocultar informações, e não deixar que percebam a sua verdadeira essência, aquela que não atinge a todos de forma equitativa, sendo assim, excluindo os sujeitos periféricos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa análise, os aspectos relatados, que foram vivenciados na pandemia do COVID-19, fazem parte de uma forma de aparência e essência de fato, pois os que minimizavam o tamanho da problemática que vivenciamos, na verdade, em sua essência, estava matando milhares de pessoas, ou seja, tal controvérsia não se tenciona apenas na saúde, mas também na educação. A ideia absorve-se, a partir das observações feitas às frestas: o retorno das aulas antes da vacinação e a pressa da vacinação para o retorno da



“economia”. Outrossim, todo esse apanhado faz parte de uma façanha do sistema capitalista, que defende os interesses das classes dominantes.

Como vista disso, as experiências observadas em Duque de Caxias confirmam a atualidade da crítica marxista ao papel do Estado e à lógica do capital, pois a pandemia evidenciou que a educação, em vez de ser tratada como direito social, foi reduzida à mercadoria, sendo acessível apenas àqueles com condições de consumir os meios necessários para acompanhar as aulas online.

Portanto, evidenciamos que a crise educacional, enfrentada durante o período pandêmico, revela, assim, não apenas falhas pontuais do ensino remoto, mas a permanência de uma estrutura social desigual, que nega às classes subalternas o direito ao conhecimento, ao saber e à transformação social. Nesse sentido, reafirma-se a necessidade de uma educação contra hegemônica, comprometida com a justiça social e epistêmica nos territórios periféricos, pensando realmente no coletivo, e defendendo tais interesses.

Salientar as conclusões e/ou posições do autor frente aos frutos do estudo, geralmente confeccionada por meio da exploração dos objetivos alcançados e da discussão do problema discutido.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Nélio Schneider. 26. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Covid-19: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – acesso à internet e equipamentos digitais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2022: resumo técnico**. Brasília: INEP, 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2007. p.74-78.

MARX, Karl. A mercadoria. In: MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital, **seção XXIV: assim chamada acumulação primitiva**. Tradução: Rubens Enderle. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.



NASCIMENTO, Renata Roseo do. **Entrevista sobre o ensino remoto e políticas públicas educacionais em Duque de Caxias**. Entrevista concedida a Thainá Gonçalves de Moraes Barros. Duque de Caxias, 20 maio 2021. Arquivo pessoal da autora. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/e/2PACX-1vQFf1DVVXwd9r6NPKmFUuQwDnFfhfRewd-V8xGXVqaHPmS80RLnzemynQk2SW22RqmY387PSbG0dGLf/pub>. Acesso em: 7 nov. 2025.

PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS. **Prefeitura de Duque de Caxias publica decreto sobre funcionamento das escolas**. Duque de Caxias, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://duquedecaxias.rj.gov.br/noticia/prefeitura-de-duque-de-caxias-publica-decreto-sobre-funcionamento-das-escolas-particulares/2218>. Acesso em: 30 set. 2025.